



## COMUNICADO DE IMPRENSA



# RMDDH repudia detenção arbitrária de defensores de direitos humanos em Moatize e exige responsabilização

Foi com profunda preocupação que a Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) tomou conhecimento das detenções arbitrárias de João Samuel Sipriqui, Tomo João Tomo, Maxwell Abreu e Lucídio Torres Cassicassica, conhecidos activistas de direitos humanos em Moatize, na província de Tete, por agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM).

As detenções ocorreram na tarde de sábado, dia 20 de Novembro de 2021, durante uma reunião que juntou os moradores dos bairros Nhantchere e Bagamoio.

A reunião tinha como objectivo discutir formas de pressionar a mineradora Vale Moçambique para implementar os procedimentos de redução da poluição ambiental causada pelas suas operações nas minas de carvão.

Entretanto, a PRM justificou as detenções alegando que reunião era ilegal e que os organizadores estariam a fazer cobranças ilícitas. Ora, os moradores dos dois bairros disseram que tiveram que contribuir com um valor simbólico

para garantir a logística das actividades de defesa dos seus interesses.

Sobre a alegação de que a reunião era ilegal, é preciso lembrar que nos termos do artigo 51 da Constituição da República de Moçambique (CRM), todos os cidadãos têm direito à liberdade de reunião, por isso não se justifica a actuação dos agentes da PRM afectos no distrito de Moatize. Aliás, as detenções arbitrárias consubstanciam abuso de poder e grave violação dos direitos humanos.

A RMDDH condena veementemente a actuação manifestamente ilegal da PRM em Moatize e exige que os defensores de direitos humanos sejam imediata e incondicionalmente restituídos à liberdade. A Rede lamenta ainda as constantes violações dos direitos dos defensores de direitos humanos por agentes da PRM, por isso exige que os mesmos sejam exemplarmente responsabilizados.

**Maputo, 23 de Novembro de 2021**

